

FACULDADE CAMPOS ELISEOS (FCE)

PEDAGOGIA (R2)

A DESCONSTRUÇÃO DE UM FATO

NALIO SANTANA JUNIOR

SÃO JOSÉ, 31 DE MARÇO DE 2021

A DESCONSTRUÇÃO DE UM FATO

**Trabalho de Conclusão do Curso, apresentado
para obtenção do título Pedagogo no curso da
Faculdade Campos Eliseos (FCE).**

NALIO SANTANA JUNIOR
SÃO JOSÉ, 31 DE MARÇO DE 2021

A DESCONSTRUÇÃO DE UM FATO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
título Pedagogo no curso da Faculdade
Campos Elíseos (FCE)

São José, 31 de março de 2021

BANCA EXAMINADORA

“De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”. (**Rui Barbosa**)

RESUMO

A data de hoje, 31 de março de 2021 é a pedra angular da proposição deste artigo, cinquenta e sete anos de um movimento significativo, comemorativo para alguns e depreciado por outros, ela repercutiu e repercute nacionalmente até o dia de hoje, trouxe contribuições consideráveis para muitas áreas, especificamente na educação escolar, ainda usada como cunha, não de suporte, mas de ruptura de conceitos e teorias. Este artigo tem a intenção de detectar a facilidade da desconstrução de fatos, que tem sua origem nos aspectos comportamentais e neurobiológicos na descrição por quem a faz, seja escrita ou oral, suas variantes devem ser levadas em consideração, porque elas têm o poder de descaracterizar uma verdade, ou falsar um ocorrido, uma delas é a fonte de pesquisa recorrida de quem compõe, há uma série de atenuantes que podem transtornar a ordem, a data, o ocorrido em si. Vamos nos debruçar sobre uma análise comportamental, com padrões mais para o científico, analítico e suas eventualidades. Como objetivo principal, alvitaremos uma leitura mais precisa, empregando a racionalidade e menos tendências emotivas e ideológicas de fatos, argumentos, teorias e linhas de pensamento, citações de teóricos serão expostas para uma análise criteriosa, despertando a razoabilidade.

Palavras-chave: desconstrução de fatos; descaracterizar; racionalidade.

ABSTRACT

Today's date, March 31, 2021 is the cornerstone of the proposition of this article, fifty-seven years of a significant movement, commemorative for some and depreciated by others, it reverberated and reverberates nationally until today, it brought considerable contributions for many areas, specifically in school education, still used as a wedge, not as support, but as a rupture in concepts and theories. This article is intended to detect the ease of deconstructing facts, which has its origin in the behavioral and neurobiological aspects in the description by those who do it, whether written or oral, its variants must be taken into account, because they have the power to mischaracterize a truth, or falsifying an event, one of them is the source of research used by those who compose, there are a number of mitigations that can upset the

order, the date, the event itself. Let's look at behavioral analysis, with standards more for the scientific, analytical and their eventualities. As a main objective, we will encourage a more precise reading, employing rationality and less emotional and ideological tendencies of facts, arguments, theories and lines of thought, quotes from theorists will be exposed for a careful analysis, awakening reasonableness.

Keywords: deconstruction of facts; mischaracterize; rationality.

SUMÁRIO

01 RESUMO.....	05
02 SUMÁRIO	06
03 INTRODUÇÃO.....	07
04 REGISTRO HISTORICO COMPILADO POR IDEOLOGIA MACULA O FATO	08
05 O NIVEL DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DO REGIME MILITAR.....	09
06 MIRANDO O FUTURO, PROJETANDO O ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO.....	11
07 QUANDO UMA MENTIRA PROVOCA DUVIDA SOBRE UMA VERACIDADE..	12
08 A DOMINAÇÃO E O CONTROLE DA MENTE SOCIAL.....	14
09 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
10 REFERENCIAS.....	17

INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscou-se alvitrar uma ótica mais examinadora e coesa aos registros acadêmicos e textuais referentes à educação, em especial ao período do regime militar no Brasil. Em profusão, textos e artigos enxovalhados e depreciativos às normativas da referida época escolar foram abundantemente registrados nestes últimos anos, práticas e tentativas de esconder um fato por interesse do aparecimento de outro, ou transmitir um episódio que não aconteceu. Também procuraremos analisar alguns dos aspectos do comportamento social e neurobiológico do fenômeno da manipulação de eventos no ato da descrição escrita ou oral, assim como analisar as publicações relacionadas ao tema Evolução da Educação no Brasil e como a adulteração e mascaração de uma verdade poder interferir em todo o processo de um desenvolvimento educacional, histórico e cultural, ocultar da nova geração o evento como verdadeiramente ocorreu, uma modificação pensada, planejada com interesse de mudanças comportamentais futuras dos estudantes.

Livros e registros antigos recebem cuidados especiais, sua preservação e resguardo devem ser observados com perícia e técnica, não podem ser manuseados sem os parâmetros necessários, além da temperatura ambiente, entre outros, mas apesar de todos os cuidados especificados acima, o seu interior pode ser deturpado sem o contato direto com o mesmo, é perceptível um processo de criação ideológica do hoje para subverter o ontem, um “malware” criado no presente para desconstruir a história do passado, desta forma apresentando duas versões uma pode ser autenticada como verdadeira, mas sempre haverá dúvidas de quem realmente é detentor da verdade, o risco da dubiedade como estratégia política e ideológica. Se o certo não é bem certo, ele pode ser um pouco errado, a dúvida foi gerada a idéia foi implantada.

Mentir é dizer algo que não é certo, ou algo que é parcialmente certo de acordo com uma parcela muito pequena da realidade que a pessoa escolhe para discutir.

Quando a estratégia de comunicação deliberada é baseada neste tipo de argumento para construir relacionamentos, constitui-se uma mentira através de manipulação, e constitui uma grave violação à ética no trabalho (Pedace, 2011, p.109).

1- REGISTRO HISTORICO COMPILADO POR IDEOLOGIA MACULA O FATO

A escrita de um historiador, um escriba tem uma representatividade muito séria, ela tem que estar vestida de honestidade, coberta de honra, e qualificada na credibilidade, pois ela tem o poder de alterar, macular e até mesmo fraudar um ou mais fatos, uma significativa parte da historia. Substituir uma ocorrência, uma realidade por uma suposição ocasionará danos irreparáveis tanto no valor histórico como no valor moral. Quem escreve deve possuir critérios de preservação, mas há casos que esses parâmetros são alterados, quando o redator se perde em suas memórias e as substitui por outras partes, ou aceita receber informações de memórias corrompidas de outros, seus ouvidos e seus olhos devem manter crivos de lealdade constantemente no trabalho literário.

A memória sempre esteve associada à retenção de informações do passado que poderiam ser ativadas quando necessárias. Tudo aquilo que foi vivido por alguém ou determinado grupo em algum lugar e tempo, que teve um significado para quem viveu, ficaria arquivado na memória individual e/ou coletiva ou seria excluído dela. LOPES (1988) afirma que “O sentido original de memória seria a capacidade humana de reter no cérebro as evidências das experiências vividas”. Essas impressões quando vividas por uma testemunha é diferente de quem apenas ouviu, os relatos podem ser alterados, corrompidos e denegridos. Quem escreve tem interesses, interesse é algo que traz vantagem, que se pode considerar útil ou relevante. Quando se fala em priorizar os interesses é porque se deve colocar em primeiro lugar aquilo que mais compete e seja mais vantajoso, dependendo da perspectiva escolhida. A palavra interesse também é relativa àquilo que se destaca. Algo que chama atenção, que é relevante, é algo de grande interesse. Mas quando o interesse pessoal está acima do interesse documental ele ocasiona falências, do saber, do conhecimento, da história, da veracidade, implica em corrupção do cenário. Desta maneira o que era um acontecimento verdadeiro sofreu influência, teve perdas e foi sequelado na sua essência. Sempre se apresenta a justificativa de que novas evidências foram encontradas por este motivo a interpretação foi mudada, desta forma a história perde seu fundamento, passa a ser transitória, tudo vai depender de quem a interpreta, de quem a entende, e o entendimento também sofre influências. Neste momento no Brasil a Constituição tem sido persistentemente retalhada pelo poder máximo do judiciário, as interpretações pessoais vão além das

normativas na Carta Magna. Os que deveriam ser os guardiões se outorgaram ao direito das alterações, tudo por pressupostos de uma “nova interpretação”, e quem os pode questionar? É a última esfera, o último recurso do judiciário, a caneta final. Se esta instância elocubrar em seu recinto, que o descobrimento do Brasil não foi feito pelo fidalgo, explorador português, e navegador Pedro Álvares Cabral, pelo motivo do mesmo ser comandante militar, quem os impossibilitará?

2- O NÍVEL DA EDUCAÇÃO NA ÉPOCA DO REGIME MILITAR

A proibição da existência de fábricas no ano de 1785 trouxe um retrocesso ao Brasil, deixou cristalizado o desenvolvimento tecnológico no país. Isso aconteceu devido à consciência dos portugueses de que “O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda, artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”, (Alvará de 05.01.1785 in Fonseca, 1961).

Qualquer projeto para ter sucesso deve obrigatoriamente cumprir cinco etapas:

Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento, Encerramento.

Indubitavelmente, cada processo de um projeto tem tempo para maturação, no período de cinquenta anos atrás quando a escola começou a ser guiada por parâmetros nacionalista algumas normativas teve considerável relevância para ser implantada, não se tratava de uma simples adaptação, mas de mudanças significativas, novos parâmetros precisavam ser instaurados, um sistema já existia e ele precisava ser remodelado, a resistência apareceria em todos os sentidos, além dos logísticos os humanos, os conceitos que já estavam impregnados, o complexo de ensino a ser alterado, modificado. O resultado dos processos não poderia ser visto imediatamente, mas não foi preciso muito tempo para os frutos serem percebidos, começamos contemplar profissionais de ponta se projetando na Engenharia Aero Espacial, Matemática, Física, Química, Biologia, Ciência, Tecnologia, Bio Medicina, Arquitetura entre outros. Não éramos apenas o país do futebol, mas o país do desenvolvimento, das riquezas naturais e culturais, fabrica

como Embraer, complexo de montadoras de automóveis e metalurgia em São Bernardo do Campo, projetistas, engenheiros entre outros, propulsão de conhecimento e conseqüente desenvolvimento no país. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

Em 11 de agosto de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, foi promulgada, ela torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo protótipo se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos. Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, posicionar no mercado engenheiros de operação e tecnólogos formados, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro. Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, ultrapassando enfoques de preconceito social e assistencialismos retidos nas primeiras legislações de educação profissional do país, intencionalizado de fazer uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo a fim de favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar. O Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. Em

meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

3- MIRANDO O FUTURO, PROJETANDO O ENSINO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira. O Decreto 5.154/2004 permite a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio. Em 2005, com a publicação da Lei 11.195, ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino. Também nesse ano Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino no Brasil. O Decreto 5.773/2006 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Continuamos colhendo resultados da implantação de uma escola forte, cívica e patriota, em 2006, com o Decreto 5.840 é instituído, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privados. Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história. Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010,

cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação sintonizado com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semi-presencial e a distância. Pouco se sabe sobre essas implementações, raramente encontradas e fortuitamente divulgadas em sites e livrarias, mas os resultados são claros, reais e verdadeiros, fruto de um projeto com gestão e desenvolvimento militar, desconsiderar não é apenas uma atitude negacionista nem tão pouco uma patologia clínica, passa a ser características mais fortes, envolve caráter, personalidade, sistema artilhosamente montado em mesa de planejamento para embotar resultados, por ser de gestão militar.

4 – QUANDO UMA MENTIRA PROVOCA DUVIDA SOBRE UMA VERACIDADE

A utilização das mentiras começou muito antes das redes sociais, e a construção de realidades “inventadas” era uma constante na antiga Grécia.

"Um erro só se propaga e se amplifica, só ganha vida com uma condição: encontrar um caldo de cultivo favorável na sociedade onde se expande. Nele, de forma inconsciente, os homens expressam seus preconceitos, seus ódios, seus temores, todas as suas emoções" Marc Bloch (1886 – 1944)

As regras que Marc Bloch intuiu a um século – que as notícias falsas precisam de uma sociedade disposta a acreditar nelas – começaram a ser aplicadas muito antes da era da comunicação de massas, já desde os criadores do pensamento histórico, primeiro Heródoto e depois Tucídides. “A democracia ateniense tem uma espécie de momento institucional, de marco crucial, que na verdade foi uma genial construção narrativa”, afirma o helenista Óscar Martínez, professor de grego, presidente da delegação de Madri da Sociedade Espanhola de Estudos Clássicos e autor

de *Héroes que Miran a los Ojos de los Dioses* ("heróis que olham nos olhos dos deuses", Edaf).

Um documento mostrando que os nazistas tinham sido enganados por um espião duplo em um momento decisivo da Segunda Guerra Mundial foi divulgado no Reino Unido. O memorando em alemão, interceptado e decodificado por agentes britânicos, confirmou que os alemães tinham acreditado em informações falsas recebidas de um espião espanhol e haviam concentrado suas tropas na região de Pas de Calais, na França, na expectativa de uma invasão britânica. Isso permitiu que os britânicos seguissem em frente com a planejada invasão da Normandia, em junho de 1944, confiantes de que milhares de tropas alemãs estariam de prontidão em outro local, incapazes de reagir. Segundo historiadores, a informação contida no memorando salvou vidas e teria apressado o final da Segunda Guerra.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778), foi um importante intelectual do século XVIII para se pensar na constituição de um Estado como organizador da sociedade civil assim como se conhece hoje. Para Rousseau, o homem nasceria bom, mas a sociedade o corromperia. Da mesma forma, o homem nasceria livre, mas por toda parte se encontraria acorrentado por fatores como sua própria vaidade, fruto da corrupção do coração. O indivíduo se tornaria escravo de suas necessidades e daqueles que o rodeiam, o que em certo sentido refere-se a uma preocupação constante com o mundo das aparências, do orgulho, da busca por reconhecimento e status. Mesmo assim, acreditava que seria possível se pensar numa sociedade ideal, tendo assim sua ideologia refletida na concepção da Revolução Francesa ao final do século XVIII. A questão que se colocava era a seguinte: como preservar a liberdade natural do homem e ao mesmo tempo garantir a segurança e o bem-estar da vida em sociedade? Segundo Rousseau, isso seria possível através de um contrato social, por meio do qual prevaleceria a soberania da sociedade, a soberania política da vontade coletiva. Uma das idéias mais comumente associadas com a democracia é a de que, em um sistema democrático de governo, é o povo que tem a última palavra. A "voz do povo" é o que deveríamos ser capazes de escutar por trás de toda decisão relevante, em um sistema democrático. Mas, como podemos efetivamente reconhecer essa voz refletida nas decisões coletivas? Para Rousseau, a voz do povo se faz ouvir por intermédio da vontade geral, que se consubstancia nas leis.

Tudo gira, então, em torno da possibilidade de sabermos o que é a vontade geral.

5 – A DOMINAÇÃO E O CONTROLE DA MENTE SOCIAL

O conceito de controle social tem origem na sociologia americana da segunda década do século 20. Ele pode ser concebido como um conjunto heterogêneo de recursos materiais e simbólicos disponíveis em uma sociedade para assegurar que os indivíduos se “comportem” de maneira previsível e de acordo com as regras e preceitos vigentes. A tarefa de manipular a vontade do povo, conduzir a opinião pública conforme interesse dos maiores, suscita estratégias para mudança de pensamento, a dúvida implantada, a omissão da verdade ou fragmentar para produzir dominação.

Nossa Constituição Federal garante e assegura três poderes que rege o país: o Legislativo que é preparado e capacitado para criar as leis; o executivo que tem a função de executar as leis indicadas e aprovadas pelo Legislativo; o Judiciário que exerce a fiscalização do cumprimento dessas leis. Mas há um quarto poder que formula ideologias em defesa de seus interesses e determina mudanças e desvios da verdade para conquistar seu intento. A opinião pública tem que ser dominada reza a cartilha dos manipuladores das verdades, deixar um povo pensar por si próprio e tomar suas decisões implica no fim da dominação, a desconstrução do poder dominante. Não consta na Carta Magna, mas possui características tão parecidas quanto as que compõem os poderes de nossa nação, por formar, conduzir e dominar a opinião pública. Os três poderes trabalham independentemente, sem possibilidade de interferências entre eles, assim deveria ser, pelo menos para uma nação saudável com personagens ilibados, íntegros em seus papéis de comando, mas quando um dos poderes assume a postura contrária aos interesses da tripartite, esquemas precisam ser acionados para a retomada do controle social. É nítida e clara neste real momento que o líder eleito pela maioria do povo não pode assumir a postura honesta, voltada para os interesses do cidadão, trabalhar para eliminar a corrupção, os desvios de verbas públicas e a alienação aos problemas sociais. No Brasil, o controle social se refere à participação da comunidade no processo decisório sobre políticas públicas e ao controle sobre a ação do Estado (ARANTES et al., 2007), a idéia é dentro do Sistema de Saúde Pública, mas grifa o direito

adquirido para a participação da comunidade, mesmo não sendo a mínima verdade, até nesses aspectos da saúde a dominação e o controle é utilizado.

Karl Emil Maximilian Weber (1864 – 1920) foi um sociólogo, jurista e economista alemão. Nascido em uma família de posses liderada por um advogado, Weber foi educado com a obediência da religião protestante e com o despertar do gosto pelo estudo e pelo trabalho. O poder é a imposição da vontade de uma pessoa ou instituição sobre os indivíduos. Quando alguém tenta, pela força física, estatal, legal ou de autoridade, impor a sua vontade sobre indivíduos, essa pessoa está exercendo o poder. Nas palavras de Weber, “poder significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, Max 1900). Desse modo, o poder independe da aceitação das pessoas do exercício da vontade. Quando o exercício do poder parte de um indivíduo, ele tem o alcance menor, a menos que esse indivíduo represente o Estado. Quando o exercício do poder parte do Estado, ele alcança um maior número de pessoas e tem uma maior chance de ser um poder legítimo. Na teoria weberiana sobre a organização da sociedade, é simples a diferença entre o poder e a dominação. Esses dois elementos são como dois polos de uma mesma concepção: o poder é uma espécie de emissão, enquanto a dominação é uma espécie de recepção.

Enquanto o poder é o exercício da vontade sobre os indivíduos, a dominação é a aceitação e a subordinação dos indivíduos ao poder exercido por alguém. Desse modo, a legitimidade do poder é conferida pelas formas de dominação legítimas, ou seja, se os indivíduos aceitam certos tipos de poder exercidos por alguém, esses próprios indivíduos conferem a legitimidade da dominação e, conseqüentemente, do poder que alguém exerce.

Dominação seria, nas palavras de Weber, “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”(WEBER,Max 1900). Por isso, a dominação (que é legitimada pela aceitação) confere a autoridade a quem exerce o poder.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contra fatos não há argumentos, apenas tentativas de desacreditar e discordar, a Educação perdeu espaço para situações circunstanciais e para a pauta política estabelecida pelos meios de comunicação e pela militância política, tais como, desconstrução da imagem do candidato adversário, polêmicas de valores morais, corrupção na Petrobrás, imoralidade do Supremo Tribunal Federal paternidade do programa Bolsa Família, aceitação de interferências comunistas, nível de corrupção altíssimo em todos os setores legislativo, executivo e judiciário, entre outras centenas. A educação é um dos principais fatores que influenciam o padrão de vida de um país. A reciprocidade positiva entre os níveis de educação e de desenvolvimento sócio-cultural, político e econômico dos cidadãos e da sociedade é uma tese aceita e comprovada em várias partes do mundo.

O tempo e as pesquisas comprovaram que a escolha do sistema Freriano não foi a melhor inclinação para substituição, no Anuário de Competitividade Mundial 2020 (World Competitiveness Yearbook – WCY), o Brasil avançou três lugares.

A posição do país 56ª posição no ranking, este é o quarto ano consecutivo em que o país apresenta ganhos de competitividade. Ao todo, o estudo analisa a posição de 63 nações (IPESI, Digital

Considerando a análise por uma mente saudável e equilibrada, chegará à conclusão que há vinte anos o sistema educacional entrou em colapso, não foi considerada séria a situação, se pesquisar em sites quais os motivos da queda de ensino no país, encontraremos com fartura críticas e acusações que o Governo que assumiu há dois anos é o responsável. Nestes últimos anos, o nível de conhecimento e capacitação dos formandos em todas as áreas acadêmicas é rasa e nefasta, há poucas semanas o juiz Alexandre de Moraes do supremo tribunal federal, que já ocupou a cadeira da presidência da instancia, cita em seus argumentos (8 de abril de 2021) para defender sua tese de lockdown das igrejas que, mesmo na Idade Média, em meio a pestes e epidemias, líderes religiosos defenderam o fechamento de templos e a transformação de igrejas em hospitais, para evitar aglomerações e prestar assistência ao próximo (GIOVANAZ, Daniel 2021), cita Martin Lutero entre 1350 e 1380 na época da Peste Negra, sendo que Lutero nasceu em 1483 e a Peste Negra foi de 1347 a 1351, o escárnio foi instaurado pela Suprema Corte, registros nos anais da historia de julgamentos do Supremo Tribunal Federal do ano vigente.

Descaracterizar o valor da Educação na época da gestão militar, é uma demonstração de insanidade e perturbação psicológica, corromper a mente dos jovens acadêmicos desde o ensino fundamental com atitudes de desprezo e ódio na escrita, na oralidade, na pedagogia de ensino na sala de aula e na compilação da história da educação no Brasil é abominável. Vivi para conhecer uma geração doutrinação na mentira, na farsa, na fragilização emocional e na desconstrução de valores morais, constatei com meus olhos centros acadêmicos de Universidade Federal, alojando cigarro de maconha, bebidas alcoólicas e preservativos, possibilitando uso aos acadêmicos interessados dentro da instituição, local que somente a Polícia Federal tem permissão para entrar, quando autorizada pelo reitor da instituição. Triste para nossos jovens, péssima para nossa Educação, perdemos anos preciosos por causa de viés político ideológico.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, C. I. S et al. O Controle Social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 470-478, jul./set. 2007

BLOCH, M. A longa história das notícias falsas. Texto relatado por ALTARES, Guillermo. em 18 de junho de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html
Acessado: 15 de abril de 2021

FONSECA, Celso Suckow. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. "O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil". In: *Trabalho e Crítica*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIOVANAZ, Daniel. "STF decide que estados e municípios podem proibir cultos e missas na pandemia – site: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/08/stf-decide->

que-estados-e-municipios-podem-proibir-cultos-e-missas-na-pandemia (Acessado: 19 de abril de 2021).

IPESI, Digital. Brasil Evolui, mas permanece entre os países menos competitivos do mundo. – site: <https://ipesi.com.br/brasil-evolui-mas-permanece-entre-os-paises-menos-competitivos-do-mundo/> (Acessado: 19 de abril de 2021).

LOPES, Carlos. A imagem e o sonho da arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998. O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE – Ministério da Educação, 2007.

PEDACE, G. A. (2011). Las relaciones públicas y la mentira: ¿inseparables? Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación. Ensayos, 35, 107-116.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local. – 2003. Dissertação de Mestrado (Anexo 29).

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009, vol. 1, p. 33. p. 139